

# **Empreendedorismo Social e Economia Solidária: Um Estudo de Caso da Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável da Comunidade do Grande Bom Jardim**

Autores: Vilma Moreira, Francisco Antonio Barbosa Vidal e Iracema Quintino Farias

Palavras-Chaves: desenvolvimento local, redes sociais, empreendedorismo e economia solidária .

## **Introdução**

“O que importa é alimentar gente, educar gente, empregar gente. História é gente. E descobrir e reinventar gente é a grande obra da cultura.” Betinho

Um princípio emergente de um novo consenso de concepção de mundo pós-Washington faz-se necessário diante do processo incremental de exclusão social em nosso planeta. O modelo econômico hegemônico de globalização amplia o debate sobre os pressupostos sociais e políticos que têm orientado o desenvolvimento das nações do terceiro mundo nas últimas décadas. Uma sociedade progride efetivamente quando os indicadores-chaves, tais como expectativa de vida das pessoas, qualidade de vida e desenvolvimento de seu potencial apresentam melhoria(KLIKSBERG, 2001).

A integração mundial, por meio da globalização, gera efeitos paradoxais: exclusão social, protecionismo, ações em rede anti-hegemônicas e fortalecimento local com potencialização de vocações. Com a emergência de experiências efetivas de desenvolvimento social a partir do “empoderamento comunitário” e balizadas por redes sociais locais, o sistema capitalista pós-industrial está passando por mudanças silenciosas em sua estrutura. Os arranjos produtivos autogestionários baseados na cooperação, a concepção de mercado justo, o surgimento da socioeconomia solidária e a formação de redes associativas de desenvolvimento local sustentável e integrado sinalizam uma terceira via como contraponto ao sistema econômico neoliberal dominante.

Os espaços locais participam e atuam desse processo a partir de uma base social, cultural e política local. Os diversos atores do mercado, do Estado e da sociedade civil passam a influenciar e interagir nesse processo de forma muito mais articulada e interdependente pois, eles precisam estar atentos para as dinâmicas locais, nacionais e globais. O conceito de desenvolvimento local, que ganha espaço nos últimos anos, pode ser entendido como o processo endógeno de mobilização das energias sociais em espaços de pequena escala, que implementam mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população (FRANCO, 2000).

Fortaleza, cidade localizada no Nordeste do Brasil, caracteriza-se por ser um “local cosmopolita” e com altíssima concentração de renda. As desigualdades sociais são imensas e as políticas públicas atuais de desenvolvimento social e econômico não têm gerado resultados satisfatórios. O objetivo da presente pesquisa é analisar a experiência de desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS) da comunidade do Grande Bom Jardim (região sudoeste de Fortaleza), a partir da

formação solidária de redes institucionais locais e de interação exógena. A pesquisa que se caracteriza como qualitativa é do tipo exploratória, a fim de possibilitar, através de dados obtidos, a formulação de novos pressupostos para pesquisas futuras. No que se refere ao modos de investigação que Bruyne (1991:223) define “como meios de abordagem do real, possibilitando a fixação do quadro instrumental da apreensão dos dados”, a pesquisa realizada caracteriza-se como um estudo de caso. A captação de dados foi por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas com técnicos do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), da Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária (FUNDESOL), dos usuários das linhas de crédito solidário, bem como de análise documental. O CDVHS e a FUNDESOL implementam estratégias interorganizacionais de desenvolvimento social, visando a melhoria da qualidade de vida dos 175 mil habitantes da comunidade do Grande Bom Jardim, envolvendo os bairros Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Siqueira e Canindezinho. A relevância do trabalho é avaliar se há experiências locais, nos bairros da cidade, de empoderamento comunitário e de formação de redes solidárias de desenvolvimento local, identificando a dinâmica organizacional da cooperação entre as pessoas em uma comunidade que objetiva a sustentabilidade e inclusão social .

## **1 Empreendedorismo Social e Desenvolvimento Local**

Para Sen (2000), uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além de variáveis relacionadas à renda. O desenvolvimento deve estar relacionado, principalmente, com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos.

É fator incontestável na sociedade pós-industrial, a preocupação com a implementação de modelos de desenvolvimento social que diminua o grande “*gap*” existente entre ricos e pobres. Sen (2000:9) comenta que há um paradoxo emergente na humanidade: “as diferentes regiões do globo estão agora mais estreitamente ligadas do que jamais estiveram, não só nos campos de troca, do comércio e das comunicações, mas também quanto a idéias e ideais interativos, entretanto, vivemos igualmente em um mundo de privação, destituição e opressão preocupantes”.

O novo paradigma de desenvolvimento pode ser visto de maneira bastante simplificada: “Desenvolvimento deve melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável)” (FRANCO, 2000:36).

Vale destacar a idéia de que desenvolvimento social significa desenvolvimento não-desigual, isto é, desenvolvimento com redução de desigualdades, com inclusão social. Isso supõe a articulação de diversos fatores econômicos e extra-econômicos, como conhecimento e poder, além de renda e riqueza. A dinamização do desenvolvimento econômico, quando desvinculada de processos de conhecimento e poder, resulta, quase sempre, em concentração de renda e riqueza, combinada com exclusão social (DE PAULA, 2001).

Tais fatores remetem diretamente às noções de capital social (poder) e capital humano (conhecimento). Segundo Kliksberg (2001), o capital social transformou-se, neste final de século XX e início de século XXI, numa categoria fundamental nas análises sobre o desenvolvimento, sendo demonstrado seu peso nos resultados macroeconômicos, na estabilidade política e no desenvolvimento social. Por sua vez,

a promoção do capital humano aparece também como um ponto central de um modelo renovado de desenvolvimento (KLIKSBERG, 2001).

Diante deste contexto, o Estado, apesar de necessário, imprescindível e fundamental, é tido como insuficiente para aportar energias novas a fim de expandir e ampliar a mobilização dos mais diversos recursos, e o mercado, com sua lógica instrumental excludente, também não pode liderar o processo de desenvolvimento sustentável. Apenas a sociedade civil organizada, por intermédio das organizações do chamado *terceiro setor*, em articulação sinérgica com o Estado e as atividades lucrativas do mercado, podem possibilitar a ampliação do espaço público e conjugar esforços.

Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento devem incluir políticas sociais, com a participação da sociedade organizada, e por conseguinte, a mobilização articulada das diversas agências e agentes de desenvolvimento, no sentido não só de fomentar o desenvolvimento econômico, mas também o aporte de capital social, ainda incipiente em nossa sociedade, tendo em vista seu desenvolvimento político-econômico-social.

Melo Neto e Froes (2002) apresentam o empreendedorismo social como um paradigma emergente de um novo modelo de desenvolvimento: um desenvolvimento humano, social e sustentável. Para os autores, muda-se o foco do negócio, que tem nas empresas, sobretudo nas grandes transnacionais e nas grandes instituições financeiras, o seu principal eixo de atuação, para o negócio do social, que tem na sociedade civil o seu principal foco, e na parceria envolvendo comunidade, governo e setor privado. Para os autores citados, a comunidade auto-sustentável será viabilizada através do fomento de ações empreendedoras de cunho social e de novas estratégias de inserção social e de sustentabilidade. Uma comunidade “empoderada” é terreno fértil para a criação, o gerenciamento e o desenvolvimento de empreendimentos. Portanto, as ações de empoderamento proporcionam uma base econômica capaz de assegurar o surgimento de novos empreendimentos, bem como sua sustentabilidade. A base social garante a solidariedade, o que viabiliza o surgimento de empreendimentos cooperativos, em um processo de transformação da sociedade que se caracteriza pela presença dos seguintes elementos ( MELO NETO e FROES, 2002:41):

- a) aumento do nível de conhecimento da comunidade local com relação aos recursos existentes, capacidades e competências disponíveis em seu meio;
- b) aumento do nível de consciência da comunidade com relação ao seu próprio desenvolvimento;
- c) mudança de valores das pessoas que são sensibilizadas, encorajadas e fortalecidas em sua auto-estima;
- d) aumento da participação dos membros da comunidade em ações empreendedoras locais;
- e) aumento do sentimento de conexão das pessoas com sua cidade, terra e cultura;
- f) estímulo ao surgimento de novas idéias que incluem alternativas sustentáveis para o desenvolvimento;
- g) transformação da população em proprietária e operadora dos empreendimentos sociais locais;
- h) inclusão social da comunidade;
- i) melhoria da qualidade de vida dos habitantes.”

Em 1987, o Relatório Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial para o Desenvolvimento das Nações Unidas, apresentou a noção de que é possível produzir sem destruir o meio ambiente, garantindo para isso, condições mínimas de equidade social. Esse documento foi a base para as discussões sobre o desenvolvimento sustentável, conceito que foi traduzido em ações e ganhou consenso internacional na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Rio 92 – na forma da Agenda 21.

De acordo com Franco (2000), a globalização vem criando a necessidade de formação de identidades e, conseqüentemente, de diferenciação de setores e de localidades. Para o autor, essa nova ordem sócio-econômica requer uma visão de desenvolvimento local que posicione espaços socioterritoriais delimitados em face do mercado globalizado. O desenvolvimento local possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir vocações locais e despertar suas potencialidades específicas, e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais. Seus balizadores são: capacitação para a gestão, diagnóstico e planejamento participativos, cooperação, fomento ao empreendedorismo, articulação da oferta pública de programas com a demanda social da localidade e criação de uma nova institucionalidade participativa (FRANCO, 2000).

O debate se amplia e chega-se ao tripé que apoia o Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (DLIS): o meio ambiente, a equidade social e a eficiência econômica, sendo também colocada a importância das dinâmicas locais e da participação da comunidade em questões políticas, econômicas, sociais e ambientais.

Tendo como um de seus princípios fundamentais a ação organizada da sociedade, o desenvolvimento local, integrado e sustentável apresenta como premissas o conceito de **Capital Social, Humano e Produtivo**. O capital social seria o potencial de atuação da sociedade concebido em suas diversas formas de associativismo, o capital humano é o estoque de valores, atitudes, conhecimentos e habilidades de uma determinada comunidade, e o capital produtivo constitui-se dos recursos tangíveis e intangíveis, capazes de gerar riquezas e de possibilitar a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para as pessoas de uma comunidade (FRANCO, 2000).

Uma das estratégias de planejamento e gestão compartilhada que mais têm se difundido no país, o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável(DLIS), por intermédio de diversas parcerias entre organizações governamentais e não-governamentais, é uma estratégia de indução de desenvolvimento local, fundamentando sua estratégia em aspectos como (DE PAULA, 2001):

- " a) a participação organizada da comunidade local;
- b) a capacitação continuada para o planejamento e a gestão compartilhada do desenvolvimento;
- c) a oferta articulada e convergente de investimento governamentais e não-governamentais;
- d) a difusão da cultura empreendedora e o apoio ao empreendedorismo local;
- e) a oferta adequada de crédito para micro e pequenos empreendedores através de instrumentos de crédito produtivo popular (microcrédito)."

## 2. Economia Solidária e Redes Sociais

Para Santos (2002), a globalização neoliberal está sendo confrontada pela globalização alternativa, contra-hegemônica, organizada da base para o topo das sociedades. A “outra globalização”, denominada pelo autor é constituída pelas redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que nos diferentes cantos do globo se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente, as pandemias, os ódios interétnicos produzidos direta ou indiretamente pela globalização neoliberal.

Na visão de Giddens (1998), programas convencionais de socorro à pobreza devem ser substituídos por abordagens centradas na comunidade, que permitam uma participação mais democrática, além de serem mais eficazes. Na visão do autor, a formação de comunidades enfatiza as redes de apoio, o espírito de iniciativa e o cultivo do capital social como meio de gerar renovação econômica em localidades de baixa renda.

Os anos 90 do século XX deixam claro que a degeneração do tecido social é a face dramática de uma reestruturação global da economia em curso há três décadas, decorrente da reconversão tecnológica e produtiva do capitalismo deste final de século e do reordenamento internacional dos mercados e dos grandes agentes e pólos econômicos (ANTUNES, 1995). Com a aplicação da informática à automação industrial e a gama de inovações na organização do trabalho, o crescimento industrial já não gera uma ampliação significativa na oferta de postos de trabalho. Fenômenos como a reengenharia, a terceirização e a disseminação do trabalho temporário ou em domicílio são componentes de uma quebra na estrutura ocupacional, com efeitos imediatos sobre as carreiras, a qualificação e as chances de inserção sócio-profissional. O conhecimento e a formação intelectual passam a ser requisitos indispensáveis para o ingresso no mercado. A geração de empregos, quando ocorre, vem acompanhada de uma profunda segmentação, que reserva à maioria dos trabalhadores condições precárias de trabalho, a que se somam as incertezas quanto às políticas de proteção dos trabalhadores e, no país, as enormes deficiências da escolarização básica e da formação para o trabalho.

Na perspectiva do aglomerado social e do cooperativismo revolucionário, a economia solidária surge como um novo marco das relações sócio-econômicas do tecido comunitário, local e em rede. A socioeconomia solidária é uma tipologia de organização social e de desenvolvimento local que se expande em diferentes comunidades. Para Singer (2000:317) a economia de comunhão é “aquela que segue o caminho da cooperatividade, da eficiência sistêmica em vez de eficiência apenas individual”.

O conceito economia de solidariedade aparece pela primeira vez no Brasil em 1993 no livro *Economia de Solidariedade e Organização Popular*, organizado por Gadotti, onde o autor chileno Luis Razeto o concebe como: “uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas” (RAZETO, 1993:40).

Arruda (1996:27) apresentou o texto *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*, para a Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizada pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. Nesse texto ele apresenta o cooperativismo autogestionário e solidário como proposta para um desenvolvimento que “reconstrua o global a partir da diversidade do local e do nacional(...) e nesse processo que ganha enorme importância a práxis de um cooperativismo autônomo, autogestionário e solidário, que inova no espaço da empresa-comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes; (...) o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da sócio-economia na nova era que se anuncia” (ARRUDA, 1996:4).

Singer e Souza (2000:323) definem os elementos-chave da sócio-economia:

- a) autogestão para a solidariedade;
- b) o fortalecimento das iniciativas econômicas cooperativadas e associativas;
- c) o desenvolvimento de redes de apoio mútuo, de intercâmbios diversos;
- d) a criação de formas alternativas de crédito e poupança;
- e) o desenvolvimento de capacidades técnicas e científicas por meio de pesquisas e técnicas cada vez mais adequadas à satisfação das necessidades e aspirações humanas;
- f) o desenvolvimento da capacidade de identificação dos potenciais e dos limites da natureza e o condicionamento do crescimento econômico a tais limites;
- g) a criação de novos espaços sociais através da constituição de Conselhos, Assembléias e Fóruns permanentes.”

Um outro aspecto da economia da solidariedade é a articulação interinstitucional, através da constituição de parcerias - a tendência que induz a formação de associações para estabelecer ligações, para viver dentro de outro organismo e para cooperar. Nas comunidades humanas, parceria significa democracia e poder pessoal, pois cada membro da comunidade desempenha um papel importante. Combinando o princípio da parceria com a dinâmica da mudança e do desenvolvimento, pode-se utilizar o tempo da co-evolução, de maneira metafórica, nas comunidades humanas. À medida que uma parceria se processa, cada parceiro passa a entender melhor as necessidades dos outros. Numa parceria verdadeira, confiante, ambos os parceiros aprendem e mudam – eles co-evoluem (CAPRA, 1997).

Por outro lado, o conceito de rede veio a ganhar uma dimensão mais profunda, como chave interpretativa de grandes tendências do processo histórico em curso. Nessa direção, vem sendo apontada a expansão penetrante das redes como a nova morfologia social das nossas sociedades, no sentido de que as funções e os processos dominantes estão cada vez mais organizados em torno de redes (CASTELLS, 1999).

Para Castells (1999), a diversidade, uma pluralidade de componentes realmente divergentes, só pode manter-se coerente em uma rede. Nenhum outro esquema – cadeia, pirâmide, árvore, círculo, eixo – consegue conter uma verdadeira diversidade funcionando como um todo.

E, diferentemente de cadeias lineares de causa e efeito, as relações entre os componentes de uma rede envolvem múltiplos laços de realimentação (CAPRA, 1997), como se fossem agentes e re-agentes, a ponto de perder sentido a idéia de

origem e destino, emissão e recepção. Para Melo Neto e Froes (2002:82), a importância da tecnologia de formação de redes locais está nos seguintes aspectos:

- a) cria novas interações entre as pessoas, fortalecendo laços de amizade, familiares e novas opções de trabalho e recreação;
- b) ajuda a moldar as práticas e valores individuais, grupais e coletivos, aguçando a percepção e a visão social das pessoas;
- c) conecta indivíduos, grupos, regiões e organizações;
- d) ajuda a construir novas formas de convivência;
- e) contribui para a superação de problemas sociais através da definição coletiva de objetivos, articulação de pessoas e instituições;
- f) disponibiliza “saberes distintos” e os coloca a serviço do interesse coletivo;
- g) constrói vínculos mais fortes e consistentes entre as pessoas, grupos e instituições;
- h) promove acordos de cooperação e alianças;
- h) cria e amplia alternativas de ação.”

O binômio concentração de poder/rede tem implicações diretas no debate sobre desenvolvimento, uma vez que não se acredita que um processo de desenvolvimento possa ser sustentável no longo prazo se não houver horizontalidade no processo e empoderamento dos atores responsáveis por conduzi-lo.

### **3. Estudo de Caso: Rede DLIS e Economia Solidária no Socioterritório do Grande Bom Jardim**

Nos últimos dez anos a trajetória das ações de desenvolvimento social da região sudoeste da cidade de Fortaleza tem sido delineada pela atuação do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), uma organização não-governamental fundada em 1994, localizada no Grande Bom Jardim, com o apoio das organizações Cáritas e Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza e Missionários Combonianos. Atualmente, são associadas ao CDVHS 29 pessoas, sendo lideranças comunitárias, militantes de pastorais sociais, profissionais liberais e os colaboradores internacionais CORDAID (Holanda), Développement et Paix (Canadá) e Miva (Holanda). O Grande Bom Jardim é uma região que engloba 5 bairros (Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Siqueira e Canindezinho), abriga uma população de 175.000 pessoas (Fonte: IBGE, 2000), carente de infra-estrutura e de equipamentos públicos.

Em 2002, encerraram-se três ciclos de atuação do CDVHS. Nesses ciclos desenvolveram-se campanhas e mobilizações populares, ações de defesa dos direitos da criança e do adolescente e estímulo à socioeconomia solidária, e o estabelecimento de novos modelos de desenvolvimento pessoal, institucional e de políticas públicas. Em nove anos, acumulou-se conhecimento que permitiu o surgimento de um modelo de desenvolvimento local integrado e sustentável, em torno de cinco eixos que se articulam e reforçam-se mutuamente: a) a formação do conhecimento, habilidades e competências das pessoas e organizações; b) a construção de redes de solidariedade, ajuda mútua e gestão participativa do desenvolvimento; c) o crescimento dos níveis de iniciativa, de protagonismo, de capacidade de fazer acontecer; d) o desenvolvimento produtivo do território favorecendo o acesso ao mercado através da economia solidária; e e) a conscientização e promoção de iniciativas de preservação do meio-ambiente.

O CDVHS, em nove anos, construiu junto a organizações sociais e comunitárias da região sudoeste de Fortaleza uma rede de organizações locais visando o desenvolvimento local de forma integrada e participativa. As parcerias, iniciadas em 1994, geraram uma visão territorial, fortalecendo a idéia de um Grande Bom Jardim, reunindo os bairros Granja Lisboa, Granja Portugal, Canindezinho, Siqueira e Bom Jardim e dezenas de localidades. O CVHS atua socialmente em rede com as seguintes instituições: Associação Comunitária do Parque São João; Associação Comunitária Delmiro Gouveia; Associação Parque Nazaré; União dos Moradores do Canindezinho(UMBC); Centro de Valorização Humana Nova Canudos; Pastoral da Saúde da Granja Portugal; Associação Granja Portugal Solidária (Solidu); Movimento Não Violência (MNV); Centro de Educação em Gênero e Igualdade Social (Cegis); Associação Beneficente Ideal; Centro Comunitário e Social de Granja Lisboa; Espaço Geração Cidadã (EGC); Associação de Moradores do Conjunto Palmares; Radio Comunitária Nossa Voz FM; Centro Popular de Educação e Cultura Pé no Chão (CPEC); Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária (FUNDESOL); Associação Comunitária do Parque Jerusalém; Companhia Oficina da Alegria; Núcleo de Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano; Associação Comunitária Siqueira Sempre Unidos; Banco do Nordeste; Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará (UFC); Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE); Jovens Agindo por um Grande e Bom Jardim - Empreendedores Sociais; SEBRAE; e CEPEMA.

Dentro desse relacionamento em redes, a Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária (FUNDESOL), é uma parceira fundamental, em virtude do seu potencial de trabalho na temática da economia solidária. Para tanto, o CDVHS presta consultoria e articula as condições objetivas ao desenvolvimento do trabalho da FUNDESOL, que aporta o conhecimento técnico necessário ao desenvolvimento das tecnologias de microcrédito, consumo ético e comercialização em rede solidária. A FUNDESOL é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), fundada em novembro de 2000. Presta assistência educacional, gerencial e financeira a pequenos empreendedores do Grande Bom Jardim, gerando uma estratégia de rede entre consumidores, produtores, fornecedores e entidades comunitárias. Por meio de uma política de finanças solidárias, estimula o consumo local, a criação e a ampliação de pequenas unidades de negócios solidários. Para tanto, oferece o Cartão de Crédito Solidário (CREDSOL), o Microcrédito Solidário (MICROSOL) e a Educação Solidária (EDUSOL) que, integrados, desencadeiam uma estratégia de fomento da economia local colaborativa.

O cartão CREDSOL-Solidário, com fatura de R\$ 40 a R\$ 100 ao mês, oferece oportunidade de compra às pessoas de baixíssima renda, permitindo que os moradores pobres, como biscateiros, diaristas e pessoas sem emprego fixo consigam comprar o básico para a família durante o mês, enquanto geram sua renda mensal. o cartão CREDSOL-Brilhante é o cartão de crédito dirigido a setores da população de renda média, com fatura mensal de até R\$ 300, visando fidelizar as compras dessas pessoas no bairro. A outra face do cartão é estimular as vendas dos produtos de empreendedores financiados pela FUNDESOL e estimular uma economia sustentável e crescente na região. Atualmente, 423 usuários utilizam o cartão CREDSOL, que é aceito por oitenta empreendimentos do bairro. Para se obter o cartão, o usuário precisa estar ligado a uma das 23 Associações Comunitárias que integram a rede DLIS do Grande Bom Jardim.

Alguns relatos de usuários sobre benefícios do cartão CRED SOL são apresentados a seguir:

*“ O uso melhorou o aumento da renda familiar e no consumo, aumentou minha auto-estima”  
Dona Irene , produtora de doces*

*“ Compro geralmente alimentos com o cartão(...) sinto-me realizada por poder consumir no meu próprio nome , já que anteriormente só podia através de cheque que eu não tinha.Tenho independência para comprar. Melhorou a situação econômica como um todo. Contribui para o controle dos gastos” . Dona Gorete, moradora do Bom Jardim*

*“ O cartão tem facilidade de troca , não exige coloca o nome da gente no spc e não tem burocracia . Compro alimentos com o cartão “ Seu Paulino , vendedor ambulante de móveis*

*“ Posso comprar o que preciso. O cartão facilita a compra a prazo . Sou bem atendida nos comércios por causa da confiança.Facilita a compra de alimentos e de remédios para cuidar da saúde de meus filhos” Dona Antonilda , moradora do Bom Jardim*

Já o microcrédito solidário atendeu mais de trezentos pequenos empreendedores informais da região. A metodologia de concessão do crédito envolve a capacitação, a elaboração de um Plano de Negócios e a formação de grupos solidários, formados por seis pessoas, para a prestação de garantia. Seguem abaixo, alguns depoimentos de empreendedores informais atendidos pela FUNDESOL:

*“ Anteriormente meu negócio não era estruturado, depois do contato com a FUNDESOL houve um planejamento, a empresa passou a ser mais organizada, e tive conhecimento sobre gestão. A FUNDESOL auxilia bastante prestando consultoria. O financiamento abriu portas e ajudou na divulgação, permitindo a empresa estar numa “vitrine”, e as reuniões ajudam na troca de idéias e experiências.(..) É dificultoso transportar os produtos até o cliente. Tenho grande demanda, tornando difícil o deslocamento já que não tenho um transporte.” Seu Marcos , empreendedor de informal doces artesanais*

*“ Meu negócio existe há aproximadamente quatro anos, sendo eu a única “funcionária”, e pude aumentar a produção depois do financiamento da FUNDESOL. Meus clientes são fiéis, e a forma de pagamento é sempre à vista. Sou eu que produzo as peças do início ao fim. (...)A empresa funciona na minha residência, sendo um local de pouco espaço, e não posso contratar outra pessoa para ajudar na produção. É complicado também para fabricar as etiquetas pois o custo é alto; geralmente compro já confeccionadas. Procuo trabalhar com eficiência, melhorando sempre o produto. Preocupo-me em acompanhar as tendências (moda). Faço um preço competitivo. Não vendo só para o Grande Bom Jardim. Um ponto fraco é o pouco espaço do meu negócio(...) .Sempre participo das reuniões, é onde acontecem muitas trocas de experiências e idéias” Dona Delia , empreendedora informal de confecção*

*“ A situação do meu negócio não era muito boa, tinha que está todo tempo comprando do fornecedor para poder repor o estoque, agora compro em maior quantidade e assim dificilmente faltam produtos. Depois do financiamento minha clientela aumentou já que ofereço mais opções de produtos e marcas, além de auxiliar na divulgação do meu negócio. Agora passei a lucrar mais.(...)Mantenho meu comércio sempre aberto, inclusive no horário de almoço; preocupo bastante com a decoração da loja; faço promoções para fidelizar meu cliente e para vender aqueles produtos que estão perto do vencimento; depois do contato com a FUNDESOL passei a ter mais conhecimento; busco atender bem meu cliente.Tenho dificuldades de concluir a obra do meu ponto comercial e de não receber em dia dos meus clientes.Sempre vou às reuniões do grupo de empreendedores. A próxima acontecerá na minha casa e é bom porque há troca de experiências e de idéias.” Dona Maria do Livramento, empreendedora de um comércio de variedades*

### **3.1 Identidade Política e Cultural do Território**

Os principais efeitos da proposta de identidade política e cultural do socioterritório não se relacionam diretamente a nenhum índice de diminuição da miséria ou da fome propriamente dita, mas para a contribuição de uma nova cultura política.

Conseguiu-se fomentar uma cultura associativista representada no fortalecimento de iniciativas comunitárias, pelo apoio à emergência de novos grupos sociais organizados e recuperação do papel de mobilização popular das associações de moradores. Ao longo dos últimos dez anos, surgiram mais de cem grupos comunitários no Grande Bom Jardim promovendo iniciativas comunitárias variadas nas áreas de educação, saúde e moradia, grupos sociais emergentes que têm a filosofia de incorporar na cultura comunitária o debate sobre novos temas e desafios como a economia solidária, a equidade nas relações de gênero, democratização dos meios de comunicação, preservação do meio ambiente e desenvolvimento local.

Por intermédio das ações sociais em rede, conseguiu-se sensibilizar e provocar uma atenção por parte dos governantes para a realidade de pobreza e injustiça social do local. Pela primeira vez no processo histórico do Grande Bom Jardim, as autoridades públicas trataram demandas sociais de forma coletiva e politizada, diminuindo o clientelismo político e o mero assistencialismo costumeiramente adotado. A demanda por acesso à escola pública com as secretarias municipal e estadual de educação foi negociada em audiências e encontros, garantindo vagas para mais de 5.000 crianças e adolescentes. Outras conquistas foram a distribuição de cerca de 1.000 registros de nascimento a famílias pobres, após seminários, campanhas de mobilização popular e audiências com o Poder Judiciário do Estado do Ceará, Defensoria Pública e Ouvidoria do Estado; a ampliação e a pavimentação da principal via de acesso à região; a ampliação do número de ônibus coletivo após intensa mobilização popular que organizou passeatas, bloqueio de estradas e audiências de negociação com a Prefeitura de Fortaleza e o Governo do Estado; a qualificação em média de 500 trabalhadores e trabalhadoras anualmente, após articulação com o Secretário Estadual de Trabalho e Ação Social e sua equipe, em função da baixa escolaridade e qualificação profissional na região.

### **3.2 Empoderamento de grupos associativos**

Os investimentos em conhecimentos, recursos humanos e financeiros na recuperação da identidade comunitária foram realizados pelo CDVHS e parcerias na formação de bases sólidas para o futuro do desenvolvimento local do Grande Bom Jardim. A Instituição assumiu um papel de subsidiário ao protagonismo e empoderamento dos grupos comunitários que já existiam e aos que emergiram ao longo do processo de construção da identidade dos pobres desta localidade. Foram mais de 20 grupos assessorados no período que se encerrou em outubro de 2002, na busca constante de uma nova cultura de grupo, a partir da coesão, da relação interpessoal e gestão compartilhada do poder. O aumento da eficiência organizacional e da eficácia social dos grupos comunitários são demonstrados nos seguintes dados: a) dez departamentos de Gestão Organizacional criados e em funcionamento nas entidades promovem o controle de

documentação, os relatórios de atividades e financeiros, facilitando planos de trabalho e o monitoramento das atividades promovidas pela entidade; b) seis microcomputadores adquiridos para entidades que não possuíam este equipamento, favorecendo a produção de relatórios e a elaboração de documentos reivindicatórios; c) treze entidades comunitárias com seu jornal comunitário que serve de instrumento de informação e comunicação com associados e moradores do bairro em que se localiza; d) cem Jovens da comunidade integrando projetos culturais, através de atividades de dança, música, esportes, teatro e outras modalidades culturais; e) duzentos jovens estudantes das escolas públicas exercendo o protagonismo juvenil na área do desenvolvimento de uma cultura pela paz nas escolas, organizados em dez Clubes da Paz.

## **Conclusão**

A ações de desenvolvimento social e local desenvolvidas pelo CDVHS em parceria com a FUNDESOL e as demais instituições e comunidades demonstram um novo patamar político, organizacional e cultural do Grande Bom Jardim, que superou seu isolamento, pela própria condição de ser um bairro marginalizado, ao qualificar-se para o debate com o governo e a sociedade civil organizada. Estes efeitos revelam a construção de uma identidade política e territorial dos pobres, transformando-os em sujeitos capazes de promover uma melhor qualidade de vida. Porém, o desafio de transformar as pequenas vitórias garantidas neste processo em um novo patamar de organização e de mudanças mais profundas em sua condição social, econômica e política num futuro próximo, ainda representa um limite a ser superado.

O alcance incremental do empoderamento dos grupos comunitários em nível interno e externo representa a importância da ação social em rede e articulada interinstitucionalmente. Fica evidente que um número significativo de moradores do bairro vêm alcançando sua cidadania emancipada, enquanto ainda existem aqueles nos quais a cidadania oscila entre a assistida e a emancipada. Hoje alguns grupos promovem reivindicações sociais e negociações políticas com os governantes, com postura de independência e autonomia. Entretanto, existem limites a serem superados, especialmente quanto à capacidade de articulação entre os diferentes atores sociais, e à ampliação da representatividade e legitimidade social dos grupos, buscando atingir uma parcela mais significativa da população.

O relacionamento em rede promove a sinergia necessária ao desenvolvimento dos projetos e programas, bem como estimula o crescimento institucional e as competências pessoais de seus integrantes. Em parceria com a FUNDESOL, o CDVHS amplia o número de empreendimentos solidários que incluem famílias de baixa renda. Essa rede desencadeou um processo de mudanças dos indicadores sociais, econômicos, culturais, políticos e civis. Dentre os resultados destacam-se a ampliação do número de escolas, o surgimento de uma linha solidária de financiamentos para pequenos negócios, a implantação de um cartão de crédito para o consumo dos moradores, o fortalecimento organizacional de vinte associações comunitárias, o surgimento de entidades voltadas para a prevenção à violência e à equidade nas relações de gênero.

O desenvolvimento social que alimenta a vida e legitima as liberdades do ser humano, defendido por Sen (2000), é o fator que move ideologicamente a atuação

das instituições que integram a rede DLIS do Bom Jardim, um marco para uma nova forma de gestão social balizada pela equidade e pelo empoderamento popular.

#### Referências **Bibliográficas**

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- ARRUDA, Marcos. **Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizado pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social**. . In: BOFF, Leonardo. **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BRUYNE, Paul de et alii. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix/Amaná/Key, 1997,
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era da informação: economia , sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DE PAULA, Juarez. **Desenvolvimento e gestão compartilhada**. In: SILVEIRA, Caio Márcio; REIS, Liliane Costa. **Desenvolvimento Local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária/Governo Federal/Ritz, 2001.
- FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Brasília: MILLENNIM, 2000.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1993.
- KLIKSBERG , Bernardo. **Falácias e mitos do Desenvolvimento Social**. São Paulo: Cortez/UNESCO, 2001.
- MELO NETO, Francisco de Paulo & FROES, César. **Empreendedorismo Social**. Rio de Janeiro , Qualitymark , 2002 .
- RAZETO, L. **Economia de solidariedade e organização popular**. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ F. **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.
- SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SANTOS, Boaventura(org). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER , Paul & SOUZA, André Ricardo de **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.
- PUTNAN, Robert. **Comunidade e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.